

Jornal Movimento: Espaço de formação e participação política. Um estudo para além de suas páginas. (1975-1981)

JULIANA SARTORI*

“Reconhecer que a ‘ditadura à brasileira’ apresentou fases e ambiguidades, tendo um papel modernizador, não a torna menos ditadura.

Marcelo Ridenti ¹

No primeiro semestre de 2009 uma discussão a respeito da ditadura militar, que vigorou no Brasil de 1964 à 1985, ocupou esporadicamente as páginas do jornal *Folha de S. Paulo*. Dessa vez, não se falava sobre os documentos que ainda são inacessíveis aos pesquisadores. O debate girava em torno do “mérito” que os militares tiveram em modernizar o país, o que na opinião do professor Marco Antônio Villa, seria um aspecto positivo em relação às demais ditaduras latino-americanas. Marcelo Ridenti questionou a ênfase dada por Villa, por amenizar as ações autoritárias que marcaram todas as ditaduras na América Latina. A suposta modernização não deveria ser destacada diante dos crimes cometidos por esses mesmos governos, não os tornando assim “menos ditadores”.

Esse passado recente é incômodo tanto para aqueles que gostariam de esquecer-lo quanto para aqueles que lutam para que ele não seja esquecido, mas esclarecido. No meio do caminho, encontramos esses embates, que contestam posturas que amenizam o período. O tema é recente em termos historiográficos. Atualmente, mesmo já contando com uma produção significativa de trabalhos sobre esse período, ainda estamos traçando um caminho, ora esbarrando com o problema da proximidade temporal, ora esbarrando com a nossa própria proximidade com o tema. De fato, esse passado recente de nossa história nos reserva problemas em relação às fontes, muitas delas ainda restritas. Através deste artigo exponho os objetivos de minha pesquisa de doutorado, a qual pretende contribuir para um maior entendimento desse período histórico.

O estudo desse período demanda alguns cuidados, devido à essa proximidade temporal. O tema muitas vezes pode estar carregado por versões “apaixonadas” e quase

* Doutoranda em História Social. Universidade de São Paulo.

¹ RIDENTI, M. “Ditadura: nunca mais!” (artigo publicado na seção Tendências e Debates/ Jornal Folha de São Paulo. Março/2009) . Artigo disponível para leitura no site <http://guerrilheirodentardec.blogspot.com/2010/11/ditadura-nunca-mais-por-marcelo-ridenti.html> (acessado em 06/12/2010)

“heróicas”, principalmente em relação às formas de resistência, o que pode limitar uma análise historiográfica. Alguns trabalhos² apontam esses limites, mas também a sua superação. Carlos Fico, por exemplo, fala a respeito de estereótipos que já foram vencidos, pois entramos numa nova fase da produção histórica sobre o período; e que, mesmo quando ainda utilizados, têm sido problematizados. Assim como o tema vem ganhando complexidade, as análises estabelecidas, num primeiro momento, estão sendo revistas. Formuladas inicialmente pela sociologia, essas análises resultaram numa tentativa de se criar um modelo que conseguisse compreender todas as ditaduras implantadas na América do Sul. Esses e outros modelos tiveram que ser revistos pela análise historiográfica:

“O esforço da Ciência Política pelo estabelecimento de um padrão de sofisticação epistemológico – expresso na busca de um modelo teórico explicativo para as crises latino-americanas e/ou para os Estados submetidos a regimes militares – corre o risco de esbarrar no que poderia ser chamado de “fato histórico”: as especificidades, as singularidades e as peculiaridades de sociedades distintas que, naturalmente, tendem a ser elididas quando se busca construir modelos explicativos com grande alcance de generalização.”(FICO.2004:44)

Com essas considerações e dentro desse contexto, foco minha pesquisa a partir do governo de Ernesto Geisel (1975-1979). Essa opção se justifica devido à sua proposta de abertura política que conduziria o país novamente a um regime democrático. Contraditoriamente, a política de perseguição à oposição permanece. Geisel assume após uma fase de intensa repressão, a partir da implementação do AI-5³, em 13 de dezembro de 1968. Geisel ao mesmo tempo em que ficou conhecido como um governo de transição para a democracia, preservou em muitos aspectos, as condições consolidadas por seu antecessor, o general Médici. O que permite afirmar que trata-se de um período particularmente contraditório.

Determinado o período histórico, optei por compreendê-lo por meio da lógica daqueles que se opuseram a ele, e reconheço no jornal *Movimento* um espaço de

² Dentre eles destaco os que reúnem pesquisas mais recentes e problematizam esse período, contribuindo muito para o seu entendimento: MOTTA, R.P.S, RIDENTI, M., REIS, D.A. (org) O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004; Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

³ O ato atribuía ao presidente o poder de fechar o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos, inclusive podendo demitir ou aposentar servidores públicos. Além disso, suspendia a emissão de *Habeas Corpus* para crimes contra segurança nacional; os tribunais militares julgariam os crimes políticos, e os réus não teriam direito a recurso, uma vez enquadrados.

convivência e de colisão de interesses dessa oposição. O semanário ganha esse sentido durante um período de autoritarismo e perseguição política. O ambiente do semanário torna-se ainda mais rico quando este se define como uma frente ampla, que receberia, portanto, todas as tendências de oposição, inclusive as liberais. A opção por trabalhar com um jornal como fonte histórica justifica-se por ele ser resultado daquilo que pensa o grupo por ele responsável, sendo, então imprescindível perceber quem o produziu e em quais condições o fez.

Quando se entende um órgão de imprensa como imparcial essa característica não está apenas vinculada a uma posição política de seu editor ou de seu dono, mas também a uma série de relações que compõem essa imparcialidade. Vínculos que o jornal, ou qualquer outro meio de comunicação, estabelece ao depender financeiramente de uma empresa ou do Estado, por exemplo. Pierre Bourdieu, quando discorre sobre a televisão, especificamente, acha que não há apenas um responsável pelo direcionamento que um veículo de comunicação assume. Em vez de se buscar responsáveis seria mais sensato entender em qual estrutura esses “responsáveis” se encontram e quais posições têm ali dentro. Desconsiderar isso é deixar de lado uma rede de relações que culminam no resultado do trabalho:

“O universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura. Esse efeito estrutural, objetivo, anônimo, invisível, nada tem a ver com o que se vê diretamente, com o que se denuncia comumente, isto é, com a intervenção de fulano ou sicrano... (...) Não se compreende nada se não se compreende o campo que o produz e que lhe confere sua pequena força.”(BOURDIEU.1997:77-78)

Entendo ser necessário, portanto, reconhecer os vínculos que determinavam a linha editorial do periódico. Nesse caso, devido ao momento político, significa localizar as tendências políticas que estiveram presentes entre os colaboradores do jornal *Movimento*, compreender o espaço que elas conquistaram ali dentro e como influenciaram (se influenciaram) a trajetória desse semanário.

Ao optar por trabalhar com a imprensa alternativa como fonte, contemplo o objetivo de estudar o papel de setores de oposição durante a ditadura militar. Como sugere Carlos Fico, alguns modelos dificultam e podem limitar a pesquisa, em se tratando da oposição. Para Daniel Aarão Reis, é possível perceber como a história da oposição vem se constituindo por meio do comportamento da memória do período

militar. Então, muitas vezes pode parecer que todos foram de oposição, pois hoje se apresentam como tal, o que torna uma questão inevitável: como a sociedade brasileira pode permitir que esse regime se mantivesse por tantos anos? Lidar com a questão da oposição reserva esse tipo de dúvida, pois o termo esconde trajetórias muito distintas que se encobrem sobre uma mesma definição:

“A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado. E, apesar de o regime ter sido considerado abominável, não o expulsou a pedradas ou a tiros, antes compadeceu-se de um processo de transição pelo alto, lento, seguro e gradual e de uma anistia recíproca. Mas a ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marcyanos. Reconhecê-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o abominável não volte a assombrar e atormentar a história destes brasis.”(REIS FILHO,2004:50)

Parece haver ainda uma lacuna historiográfica em relação à chamada “imprensa alternativa”. Muito se fala dessa imprensa nos tempos da ditadura militar, entendida frequentemente como uma resposta à censura, às perseguições, que restringiam o campo de atuação de certos jornalistas. Como saída, portanto, migraram para esses jornais. No entanto, vale pensar, que a opção em atuar nesses projetos alternativos de imprensa talvez não se restringisse apenas à questão política daquele momento, mas também sinalizasse uma opção por uma forma alternativa de se fazer jornalismo. Nesse sentido, essa experiência não se justificaria exclusivamente pelas restrições políticas impostas. Mas muito provavelmente, esse cenário intensificou a produção desses periódicos.

Sérgio Caparelli aproxima-se da ideia que a imprensa alternativa não foi um fenômeno restrito a esse período, mas sim uma resposta ao surgimento da indústria da imprensa, que impôs uma forma de se fazer jornalismo: “A imprensa alternativa não é assim própria dos grupos sociais de regimes autoritários da América Latina ou das chamadas sociedades abertas onde prevalece a força do grande capital nos meios de comunicação.”(CAPARELLI, 1980:48)

A imprensa alternativa, manteria na verdade, o perfil dos primeiros jornais, que não temiam serem tachados de “ideológicos”. A indústria da imprensa – a grande imprensa – passa a defender um modelo de jornalismo no qual a objetividade, a imparcialidade e a neutralidade são características imprescindíveis. Os alternativos, ao

contrário, assumiriam que não são neutros nem imparciais. A grande imprensa “vende” a ideia da imparcialidade, o que diversos trabalhos, já demonstraram ser falsa. Dentre outras diferenças, seria fundamental ressaltar, que essencialmente, a grande imprensa se mantém financeiramente em função da venda de anúncios publicitários – o que também, limita sua linha editorial. Já os jornais alternativos dependem quase que exclusivamente da venda avulsa ou por assinatura, quase não há publicidade.

Segundo a análise de Bernardo Kucinski (KUCINSKI,1991), os alternativos viveram um momento de expansão após 1969 no Brasil, devido ao fim da luta armada. Kucinski defende que por volta de 1975 eles se tornam uma forma de resistência. Entende que inicialmente o impulso decisivo para a criação desses periódicos foi jornalístico e não político. Inegavelmente, acabam se tornando espaços de ação política.

Nesse contexto, o jornal *Movimento* foi lançado a 7 de julho de 1975, com sede localizada na cidade de São Paulo. Possuía colaboradores em diversas regiões do país, que atuavam por meio de sucursais em Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Luís e Belém. Sua última edição foi publicada em novembro de 1981. A censura acompanhou todas suas edições até 1978.

Movimento nasceu dentro da redação do jornal *Opinião*. O então editor do jornal, Raimundo Pereira, entendia que *Opinião*, assim como a maioria dos jornais, sofria com o fato de ser um jornal de um só dono. O proprietário, Fernando Gasparian (naquele momento empresário do setor têxtil), havia demitido o editor do jornal, o que foi considerada uma decisão arbitrária por parte de sua equipe. A saída do editor foi assim acompanhada por parte de seus companheiros, que não acataram a decisão de Gasparian, e fundaram *Movimento*: “(...) ele não consultou a equipe e assim – no entender de toda a redação - violou a prática democrática de decisões que julgávamos fundamental para a manutenção das características do jornal”(Movimento,1975:04).

O grupo que se formou em torno de Raimundo, pretendia finalmente criar um jornal no qual os jornalistas fossem donos, o que permitiria a descentralização das decisões. Gasparian sela o seu apoio ao novo jornal, e o grupo deixa o *Opinião* de forma pacífica. Uma nova editora é formada - *Edição S.A.*- para produzir o jornal, e por meio da venda de suas ações conseguiram captar recursos e evitar que o mesmo tivesse um único proprietário. Parte das ações foram adquiridas pelos próprios jornalistas e colaboradores envolvidos no novo projeto, e as demais por pessoas que o apoiavam.

Rupturas, como a que ocorreu dentro do jornal *Opinião*, se repetiram com frequência no meio dos “jornais alternativos”, e refletiam as divergências presentes nesses periódicos. Numa dinâmica parecida à vivenciada pelas organizações de esquerda, que se multiplicavam em função de divergências que resultavam em “rachas”.

Com o propósito de democratizar as decisões editoriais, foram formados dois conselhos (editorial e de redação). Havia também a assembleia de acionistas, convocada regularmente. Definidas como “personalidades democráticas”, eram elas que compunham o conselho editorial: Edgar de Godói da Mata Machado, ex-deputado e professor universitário, teve seu mandato cassado e deixou a universidade, em 1969; Francisco Buarque de Holanda, compositor; Hermilo Borba de Carvalho, jornalista, teatrólogo e romancista; José de Alencar Furtado, 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados pelo MDB e presidia a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a atuação das empresas multinacionais no Brasil; Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e economista, um dos diretores do Cebrap; Orlando Villas-Boas, administrador do Parque Nacional do Xingu, sertanista, etnólogo e escritor; e Audálio Dantas, jornalista, editor da revista *Realidade* e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

Havia ainda o corpo do conselho de redação, o qual era composto por: Aguinaldo Silva, Antonio Carlos Ferreira (participou de *Realidade* e *Opinião*); Bernardo Kucinski; Elifas Andreato, ex-*Opinião*; Fernando Peixoto; Francisco de Oliveira, sociólogo e colaborador de *Opinião*; Francisco Pinto, ex-deputado federal; Jean Claude Bernardet, colaborador de *Opinião*, ex-professor universitário; Marcos Gomes, ex-*Opinião*; Maurício Azedo, jornalista do *O Estado de S. Paulo*; Raimundo Rodrigues Pereira e Teodomiro Braga, ex- *Opinião*.

A edição número 0, apresentava sua proposta. Ali ficava claro que *Movimento* não queria apenas propor uma nova forma de fazer jornalismo, mas tinha objetivos diferenciados da grande imprensa. Eram eles:

“Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população, contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da

coletividade.”⁴

Com essa estrutura e objetivos bem delineados parecia não haver mais obstáculos para a concretização de um projeto democrático de jornalismo. As dificuldades, no entanto, estavam no campo da própria oposição que ocuparia o jornal, e o disputaria enquanto espaço de resistência.

Ampliar a compreensão da experiência ao redor do jornal *Movimento* me parece uma contribuição importante ao estudo das formas de oposição nesse período. Essa abordagem se justifica, pois num contexto marcado pela forte repressão à oposição, essa se viu obrigada a seguir sua atuação na clandestinidade, principalmente após 1972 com o fim da luta armada. Os jornais alternativos constituíram espaços que receberam parte desses grupos de oposição: “[o] processo vivido por esses jornais, constituiu uma das contradições mais importantes da imprensa alternativa de esquerda: eles representavam a busca de um espaço legal de atuação política, mas sua dinâmica era dada por partidos e organizações de esquerda, na época clandestina.” (ARAÚJO, 2001:28)

Movimento já foi tema de outras pesquisas. Maria Aparecida de Aquino não tinha como intenção compreender os “confrontos” entre esses jornalistas, mas fazer uma análise das matérias que foram censuradas e, portanto, vetadas parcialmente ou totalmente em sua publicação. Aquino trabalhou com a questão da censura prévia em *Movimento* e em *O Estado de S. Paulo*, através da comparação dos principais temas censurados em cada um deles. (AQUINO, 1999)

Em 1995, Célia Costa Cardoso (CARDOSO, São Paulo) analisou as principais temáticas trabalhadas pelo jornal, reconhecendo o amplo espaço reservado ao movimentos sociais do período.

Em 1996, Rosane Montiel (MONTIEL, São Paulo) organizou os documentos do arquivo de *Movimento*. Estes se encontravam até então dispersos, quando Montiel interveio junto à Raimundo Pereira (ex-editor) e conseguiu a transferência de parte desses documentos para o Centro de Apoio à Pesquisa Histórica da Universidade de São Paulo (CADH-USP). Em sua dissertação, ela faz uma análise do surgimento do jornal e de sua trajetória destacando alguns conflitos. No entanto, esses conflitos não constituem o enfoque de seu trabalho.

⁴ *Movimento*, n.0, 07 de julho de 1975, p.04

Antes de Montiel, Bernardo Kucinski tivera acesso a esses documentos, ainda não organizados, que lhes foram emprestados por Raimundo, para auxiliar em sua pesquisa de doutorado(KUCINSKI,1991). O resultado da pesquisa é uma análise da imprensa alternativa e especificamente de alguns periódicos, entre os quais *Movimento*. O jornalista afirma que o jornal nasceu vinculado ao PC do B, e explica sua saída da equipe original da publicação por esse viés.

Minha pesquisa dialoga diretamente com todos os trabalhos feitos até então a respeito de *Movimento*, mas especificamente agora com o trabalho de Bernardo Kucinski, que de forma semelhante, procurou demonstrar o “aparelhamento” do jornal, recuperando seus conflitos e a sua própria experiência como um membro dissidente. No entanto, sugiro uma problematização diferente da proposta por Kucinski, uma vez que ele apresenta a história do jornal já partindo de um pressuposto: o jornal foi dominado pelo PC do B. Minha pesquisa pretende compreender o espaço de resistência que se formou em torno do semanário a partir das diversas forças políticas que lá atuavam, e a partir daí, verificar se de fato houve o predomínio de alguma delas e por quê. Para isso pretendo definir, o que chamo aqui de, uma radiografia de *Movimento*. Através do perfil político de seus colaboradores reconstituiria a rede de relações que se estabeleceu nesse espaço e a partir dela, as disputas que aí se desenvolveram. Nesse sentido, ainda entendo que existe uma lacuna a respeito dessa questão em torno do jornal.

A disputa pela memória desse período é recorrente. O debate estabelecido entre Villa e Ridenti, foi apenas um exemplo. *Movimento* também reserva resquícios dessa disputa, quando é lembrado ou até mesmo “reverenciado” hoje por seus ex-colaboradores e jornalistas. O trabalho de Kucinski também evidenciou os conflitos existentes em torno da memória que se constituiu sobre o jornal⁵.

O trabalho de Kucinski é, antes de tudo, uma contribuição importante ao estudo da imprensa alternativa, por sua abrangência e pioneirismo. No entanto, está sujeito às armadilhas que a proximidade temporal reserva à pesquisa histórica e à proximidade que o próprio autor tinha em relação ao tema. O passo inicial foi dado. O projeto pretende aprofundar o entendimento sobre a atuação da imprensa alternativa seguindo a

⁵ Após a publicação de seu livro, o jornal *Unidade* do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, publicou uma série de artigos criticando o resultado da sua pesquisa. Esses artigos, assinados, por ex-colaboradores de *Movimento* e que contribuíram com a pesquisa através de depoimentos, questionavam o seu resultado, principalmente a ênfase dada a participação do PC do B.

trajetória do jornal *Movimento*.

Essa pesquisa representa uma continuidade à pesquisa de mestrado⁶ desenvolvida entre 2004-2006 (UFSC) na qual procurei avaliar a atuação do semanário *Movimento* durante a ditadura militar no Brasil. Com base em pesquisas anteriores, que apontavam o grande espaço reservado aos movimentos sociais (ou populares como era definido pelo jornal), meu trabalho esteve focado na repercussão que esse tema teve em suas páginas. Percebi como através desses movimentos o jornal se posicionava e os apoiava, pois enxergava nessas experiências uma contribuição importante para a formação de uma frente ampla. Por meio desse recorte ficou evidente a importância atribuída a esses movimentos como parte da estratégia do jornal de combate à ditadura. Tratava-se, de uma estratégia para aproximar o semanário das classes populares que atuavam nesses movimentos. Essa aproximação não visava apenas ampliar o público leitor do jornal, mas fazer do jornal um instrumento que os auxiliasse a repensar suas estratégias de luta.

A pesquisa também revelou um cotidiano de reuniões que tinham como foco resolver divergências internas. Mais do que um elemento de organização do jornal, essas reuniões registravam as divergências presentes dentro desse grupo. Pude constatar assim que *Movimento* servia como um *espaço de sociabilidade* (SIRINELLI, 1996:249) para a oposição. Sua organização interna gerava uma forma de participação que lembrava em muito a de certas organizações de esquerda, o que me permitiu classificá-lo como um “jornal-partido”. E faço questão de manter as aspas, pois entendo que *Movimento* não pode ser confundido com um partido, embora tenha vivido uma dinâmica semelhante naquele contexto de repressão política.

O foco do trabalho agora estará em seus jornalistas. Será a partir da caracterização dos jornalistas e colaboradores, que integraram o semanário, que as divergências serão compreendidas. As crises vividas pelo semanário poderão assim revelar intensões, projetos, projeções que aqueles que participavam de *Movimento* faziam em torno dessa experiência. E nesse caminho conseguiria recuperar o debate que se constituiu dentro do jornal e serviu (ou não) como um espaço de resistência política. Para tal objetivo, farei uso da análise de um conjunto de entrevistas. Essas entrevistas

⁶ SARTORI, Juliana. Movimento, um jornal "partido": trajetórias e conflitos em torno de um semanário (1975-1981). Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História .

foram feitas pela equipe de pesquisadores e jornalistas envolvidos na produção de um livro⁷ sobre o semanário, sob coordenação do jornalista Carlos Azevedo. Ao total foram produzidas 52 entrevistas, com ex-jornalistas e colaboradores de diversas regiões do país.⁸ Pretende-se, através desses depoimentos, traçar um perfil inicial desse grupo, buscando as principais motivações, que os levaram a integrar o projeto do semanário; a situação política que se encontravam naquele momento; as suas supostas ligações com as organizações de esquerda; e as razões que os levaram a deixar o jornal. A reunião dessas informações auxiliará na compreensão do significado dessa experiência para essas pessoas, e se elas reconheciam nessa atividade, de fato, uma forma de resistência ao regime militar. Tratando-se de relatos feitos a posteriori, historiograficamente torna-se imprescindível levar em consideração a memória que essas pessoas construíram dessa experiência e como fazem – ou não – uso dela atualmente.

Posteriormente, pretendo buscar as mesmas informações em documentos do jornal, reunidos no Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo. O “Fundo Movimento” é formado por 850 unidades de documentos textuais; 5.852 fotografias; 437 slides e 44 volumes de jornais encadernados. O acervo de documentos textuais é composto por abaixo-assinados; atas; correspondências; dossiês; relatório de atividades, dentre outros documentos produzidos durante a existência do semanário. Dentre esses documentos as correspondências, particularmente, contribuem com os objetivos desse projeto pois, registram sugestões de pauta, críticas e até pedidos de demissão, nos quais as divergências em relação ao jornal são expostas, e projetam as expectativas que esse grupo tinha em relação àquela experiência.

Além das correspondências, os relatórios e os dossiês também registram as

⁷ O projeto, iniciado em outubro de 2009, tem como objetivo a produção de um livro, que contará a história do jornal através de um conjunto de reportagens. Jornal Movimento, uma reportagem” é um projeto da Editora Manifesto S/A, com incentivo fiscal autorizado pelo Ministério da Cultura e patrocinado pela Petrobras. Participei do projeto de Novembro de 2009 a Março de 2010.

⁸ Entrevistados: Antônio Carlos Ferreira, Sérgio Buarque de Gusmão, Raimundo Rodrigues Pereira, Fernando Henrique Cardoso, Murilo Carvalho, Flávio Carvalho Serpa, Francisco Oliveira, Álvaro Caropreso, Elifas Andreato, Bernardo Kucinski, Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto), Audálio Dantas, Elifas Andreato, Paulo Barbosa, Amelia Telles, Juca Martins, Armando Sartori, Francisco Marsiglia, Roldão Arruda, João Azevedo Portugal, Haroldo Lima, Duarte Pereira, Luís Eduardo Greenhalg, Luís Marcos Magalhães Gomes, Alberto Dias Duarte (Betinho), Luiz Bernardes, Teodomiro Braga, Aluísio Marques, João Batista dos Mares Guia, Aguinaldo Silva, Argemiro Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Márcio Bueno, Alencar Furtado, Vera Lúcia Manzolilo, Alberto Almeida, Paulo, Fatima Murat, Tiberio Canuto, Crisóstomo de Souza, Emiliano José, Antônio Felinto Neto, Lúcio Flávio Pinto, Gumercindo, Clóvis Rodrigues, Elson Martins, Pascoal e Sueli Freitas.

pretensões do grupo em torno do semanário. Alguns momentos de crise foram registrados através de relatórios, que buscavam sanar divergências. Assim como os dossiês que registram momentos de crise. Portanto, esse conjunto de documentos contribuirá para esse perfil que pretende-se traçar de seus colaboradores.

As divergências dentro do grupo também acabaram virando matéria do próprio jornal⁹ o que tornará necessária a consulta à alguns exemplares de *Movimento*. Esses estão disponíveis no Arquivo Público do Governo Estado de São Paulo.

O objetivo agora seria perceber a trajetória do jornal a partir daqueles que participaram desse projeto. O que levou seus colaboradores a participarem dessa experiência e a deixá-la? Qual o sentido que o jornal tinha para eles? Pretendo perceber possíveis ligações desses participantes com organizações de esquerda, e assim constatar o diálogo entre essas organizações e o semanário: o jornal serviu aos propósitos de alguma organização ou partido de esquerda? Dessa maneira, contemplo o objetivo geral dessa pesquisa que é compreender como o jornal serviu como um espaço de resistência à ditadura militar. De que maneira os debates que ali se desenvolverem – para além de suas páginas - contribuíram para o combate à ditadura.

A “radiografia” dessa relação do jornal com as organizações de esquerda existentes na época me parece necessária devido aos trabalhos¹⁰ que sugerem uma articulação do semanário diretamente com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), por exemplo. Muitos deles, inclusive, já partem desse pressuposto para entenderem sua trajetória e seu fim. Essa proximidade parece de fato existir, porém ainda pouco problematizada.

Uma das grandes crises de *Movimento* ocorreu devido à publicação de uma carta de Pedro Pomar, membro da direção do PC do B, fazendo uma avaliação da Guerrilha do Araguaia. As críticas vieram de dentro do jornal e de fora. Para os colaboradores surgiu um mal-estar pelo fato de o semanário se envolver em questões internas de um partido, e entre os membros do PC do B pela divulgação do documento em si. Para alguns colaboradores essa atitude enfraquecia a proposta de uma frente ampla, pois

⁹ Uma série de matérias relatavam os debates sobre a crise financeira que o jornal vivenciava no final da década de 1970.

¹⁰ Cito aqui pelo menos dois deles que partem desse pressuposto: ARAÚJO, M.P.N. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001 ; KUCINSKI, B. Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

alinhas o jornal a um único partido: “Da mesma forma não concordo em hipótese alguma que use o jornal para se intrometer em questões internas de partidos clandestinos e muito menos que ao fazer isto, tomemos claramente partido ao lado de um dos lados. Quer exemplo: Por que Movimento publica a carta de Pomar?”¹¹ Por parte do PC do B a ação parece ter provocado um certo mal estar, mesmo que alguns reconhecessem no jornal “um aliado”:

“Depois da VII Conferência Nacional do Partido começaram a surgir outros tipos de divergências, que se foram acentuando, sobretudo, em São Paulo e na Bahia. (...) Não reunimos todo o material e as informações a respeito. Mas o que já conhecemos é suficiente para caracterizar uma atitude perigosa, que põe em jogo a unidade e a existência mesma do partido. Vamos aos fatos. Começamos pela atividade de T. [apontado como sendo W.Pomar (anotação à caneta)] destituído da direção pela VII Conferência. (...) Com a conivência de outros camaradas e simpatizantes, ele utilizou a imprensa não-partidária, ainda que aliada, para divulgar, por conta própria documentos internos, reservados do Partido. [Carta de Pedro Pomar sobre Araguaia, divulgada no seminário Movimento (anotação à caneta).”¹²

Porém, o jornal não se constitui como uma experiência de resistência à ditadura apenas devido à atuação de seus jornalistas e colaboradores, mas também devido ao impacto que teve junto aos seus leitores. Para uma compreensão mais ampla entorno da atuação desse semanário, como uma forma de resistência, vejo como necessário avaliar a recepção que o jornal teve junto a esses leitores. Essa tarefa, no entanto, seria impossível de ser realizada em sua totalidade, por isso pretendo selecionar uma parcela de seus leitores. Trabalharia assim, com uma amostragem desse grupo. Pelo perfil de seus colaboradores, pelos temas tratados e pela linguagem, o jornal atraía leitores de uma camada mais intelectualizada da época, que hoje poderia ser representada por docentes de instituições públicas de ensino superior do Estado de São Paulo, por exemplo. Identificando entre esses docentes hoje, leitores do jornal à época, teríamos acesso - através de seus depoimentos - do significado do semanário para eles naquele momento político. Esses poderiam ser atualmente representados por professores universitários de três grandes instituições públicas de ensino superior: USP, Unicamp e PUC. Para que essa avaliação seja viável - dado o grande número de docentes - escolheria uma amostragem que representasse gerações diferentes de leitores, dentro da

¹¹ FMOV – AP 285.02.031 - carta de Bernardes para Tônico – 25/9/79

¹² “Informe do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, Março de 1980. IN: Fundo Duarte Pacheco Pereira/ Arquivo Edgard Leurenroth/Unicamp.

área de ciências humanas apenas. Esses docentes seriam entrevistados e essas entrevistas permitiriam avaliar a recepção do periódico. Assim terei uma amostragem de como o jornal repercutia entre seus leitores e como contribuía para que esses resistissem à ditadura.

Além disso, conto com as cartas dos leitores, que mesmo que selecionadas e publicadas parcialmente, não deixam de registrar a repercussão do semanário. Além das cartas publicadas, existem as cartas que foram preservadas no arquivo do jornal, que registram na íntegra o opinião dos leitores, hoje disponíveis para pesquisa no Arquivo do Governo do Estado de São Paulo. Contemplaria, portanto, um “debate” que se iniciava no jornal e continuava entre os leitores, constatando o impacto desse semanário. Verificaria se de fato esse “debate” se realizava. Assim teria acesso às expectativas daqueles que atuavam em *Movimento* e daqueles que o recebiam: àquilo que “impulsionava” o jornal e àquilo que o jornal “impulsionava”.

O impacto do jornal também poderá ser percebido pelo olhar dos órgãos de repressão. Tanto o olhar voltado ao jornal, como o olhar que se prestava a observar aqueles que o integravam. Os prontuários do DEOPS-SP também permitirão ampliar as informações sobre seus ex-colaboradores e jornalistas, obviamente apenas aqueles que foram “fichados”. O DEOPS-SP também produziu dossiês sobre a imprensa alternativa, demonstrando a preocupação que tinha com sua repercussão. Esses dossiês buscavam demonstrar o quanto ela era “subversiva”, devido aos temas que abordava e ao perfil de seus colaboradores. A documentação dos órgãos de repressão do regime militar preserva o impacto, o receio, a desconfiança em relação à jornais como *Movimento*, e até mesmo, objetivos claros de extingui-los. Esse ponto de vista torna-se importante pois auxilia na compreensão do impacto do jornal enquanto forma de resistência ao regime: o quanto ele era incômodo e chamava à atenção desses órgãos.

A experiência de resistência em torno do semanário *Movimento* será confirmada – ou não – e compreendida através das expectativas, divergências, que constituíram esse espaço de sociabilidade, por parte de seus colaboradores/jornalistas e por parte dos seus receptores. Essa pesquisa não busca adjetivar, julgar essa experiência em torno do jornal, mas compreendê-la.

Através desse perfil – tanto daqueles que fizeram como daqueles que consumiram o semanário - pretende-se compreender como o jornal se constituiu uma forma de

resistência durante o regime militar, criando um espaço de sociabilidade para as diversas tendências políticas de oposição que, entre 1975 e 1981, encontravam ali uma possibilidade de expressão e atuação frente o regime autoritário.

Referências Bibliográficas

REIS FILHO, D.A. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória: IN: O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.50

AQUINO, M.A. Censura, Imprensa, Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, SP: Edusc, 1999.

ARAÚJO, M.P.N. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.28.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997. p. 77-78

CAPARELLI, SERGIO. Comunicação de massa sem massa. São Paulo: Ed. Cortez, 1980. p.48.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionário. Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991

Movimento, n.0, 07 de julho de 1975. p.04

MONTIEL, R. Movimento: A Janela de uma Geração, a Organização do Fundo de Arquivo do Jornal Movimento. 1996. Dissertação (mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo.

SIRINELLI, J.F. Os Intelectuais. IN: Remond, R. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1996. p.249.